

CORPORAÇÃO E ESPAÇO - UMA NOTA*

Roberto Lobato Corrêa**
LAGET (IBGE-UFRJ)

INTRODUÇÃO

A grande corporação passou a constituir, após a Segunda Guerra Mundial, o mais importante agente da reorganização espacial capitalista. Sua ação traduziu-se, na escala mundial, em uma "nova divisão internacional do trabalho" (Cohen, Robert B., 1981 p. 287-315), geradora de uma "especialização sincrônica" (Leipietz, Alain, 1977) que envolve a produção simultânea em diversos lugares das diferentes partes componentes de um mesmo produto, e no conseqüente comércio internacional entre subsidiárias de uma mesma corporação. Traduziu-se também no aparecimento de verdadeiras "cidades mundiais" (Sachar, Arie, 1983), onde estão as sedes das corporações que atuam como centros de gestão econômica e territorial de amplas áreas do globo.

Criação de áreas de produção especializada e novas atividades urbanas, ambas articuladas entre si através da produção que circula entre elas e do processo de gestão que as integra em uma mesma organização, estão entre os impactos que a grande corporação gerou quando se considera o conjunto dos países onde atua.

ACUMULAÇÃO E CORPORAÇÃO

A grande corporação e a nova divisão internacional do trabalho derivam de um processo interno ao capitalismo. Resultam, de um lado, do conflito entre capital e trabalho e, de outro, da competição entre diferentes capitalistas. O conflito acima indicado, estrutural na sociedade capitalista, envolve melho-

* Recebido para publicação em 05 de outubro de 1990. Trabalho realizado no âmbito do Laboratório de Gestão do Território - LAGET (IBGE - UFRJ).

** Analista Especializado em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

res salários e condições de trabalho e acaba repercutindo na diminuição da taxa de exploração da força de trabalho e conseqüentemente na queda da taxa de lucro. A competição entre capitalistas, que não está dissociada do conflito entre capital e trabalho, vai traduzir-se no reinvestimento de parte dos lucros visando ao aumento da capacidade competitiva através do aumento da produtividade: gera, entretanto, a ampliação do capital constante, suscitando também a diminuição da taxa de lucro (Palloix, Christian, 1978).

Como a acumulação capitalista está assentada na ampliação da taxa de lucro, fugindo-se mesmo da tendência à sua equalização, a internacionalização do capital aparece como uma solução para a sua reprodução ampliada: expansão para novos territórios onde o custo da força de trabalho é mais baixo, possibilitando o aumento da taxa de exploração e, portanto, da taxa de lucro (Palloix, Christian, 1978). Trata-se, na realidade, conforme argumenta Palloix (Palloix, Christian, 1978), de uma outra fase do longo processo de internacionalização do capital. Não se trata apenas da valorização do capital-mercadoria, típica do capitalismo concorrencial, nem da valorização do capital-dinheiro, tal como Lenin (Lenin, Vladimir, 1979) analisa, mas do capital-produtivo, o qual leva à generalização crescente da atividade industrial nos países e regiões periféricas, que são assim mais efetivamente integrados em um amplo e complexo sistema econômico mundial.

Características selecionadas da corporação

No processo de expansão espacial do capital-produtivo verifica-se a consolidação da corporação. Apresenta ela várias características. Cinco delas são relevantes para os propósitos deste trabalho, estando todas elas interligadas entre si, assim como vinculadas ao processo de acumulação:

a) ampla escala de operações. Esta característica refere-se ao fato de a corporação manipular milhares e milhares de toneladas de matérias-primas, bens intermediários e produtos finais. Associa-se a isto a ampla diversidade de produtos manipulados e o elevado número de unidades produtivas e de serviços de que a corporação dispõe: sede, centro de pesquisa e desenvolvimento,

escritórios de compra de matérias-primas, depósitos, unidades fabris, escritórios de venda, unidades de prestação de serviços especializados, etc. Essa escala de operações resulta tanto dos investimentos criadores de novas unidades como da aquisição de empresas já existentes;

b) a segunda característica da corporação é a sua natureza multifuncional. Deriva ela de um longo processo de incorporações sucessivas dos três modos de expansão de uma empresa em direção à multifuncionalidade (Pred, Allan R., 1974). O primeiro deles caracteriza-se pelo fato de a empresa bem sucedida passar a possuir mais de uma unidade - empresas subsidiárias e estabelecimentos filiais -, produzindo os mesmos produtos. Trata-se da concentração horizontal, que resulta da fusão com/ou aquisição de empresas rivais e/ou criação de novas unidades localizadas em sítios distintos daquele onde se localiza a empresa em expansão.

O segundo dos modos de expansão gerou, via mecanismos de criação, aquisição e fusão, a integração ou concentração vertical. Trata-se de diversas unidades funcionalmente integradas entre si, que realizam operações tecnicamente situadas tanto a montante, na confluência, como a jusante de uma operação básica: produzem-se assim, respectivamente, matérias-primas, bens intermediários e produtos finais diversos. As grandes e integradas empresas com suas filiais e subsidiárias já são os embriões das grandes corporações.

O último modo vai traduzir-se na multifuncionalidade, originando o conglomerado, a grande corporação altamente diversificada, com atividades que no plano técnico não estão vinculadas entre si, como, por exemplo, a têxtil, metalurgia, pecuária e hotelaria. Esta multifuncionalidade resulta da política da diversificação dos investimentos visando a minimizar riscos: investe-se em setores e lugares diversos que apresentam possibilidades distintas de remuneração do capital;

c) a segmentação da corporação, que se relaciona ao seu caráter multifuncional, constitui a sua terceira característica. Suas empresas componentes diferenciam-se entre si no que se refere ao nível de desenvolvimento tecnológico, à divisão do trabalho no âmbito da corporação, como também ao papel que desempenham no processo de acumulação de capital da corporação, conforme apon-

tam Taylor e Thrift (Taylor, Michael e Thrift, 1983, p. 445-465): empresas *leaders*, intermediárias, atrasadas (*laggards*) e de suporte;

d) a quarta característica diz respeito às suas múltiplas localizações. São elas distintas entre si em termos de custos diferenciais da força de trabalho, especialização funcional, mercado consumidor e em termos de administração no âmbito da própria corporação.

Envolve também distinções entre localizações rurais e urbanas, estas diferenciando-se ainda no que se refere ao tamanho e às outras funções que desempenham. No mundo rural, uma corporação pode possuir, por exemplo, fazendas que sob exploração direta produzem matérias-primas e fazendas experimentais, que se localizam nas mais diversas regiões agrícolas de um dado país. Em relação ao urbano, por sua vez, a corporação pode atuar em pequenas, médias e grandes cidades, sobre as quais exerce um papel econômico e político variado: desde a *company town*, criada e administrada por ela segundo seus propósitos, ao grande centro metropolitano que contém uma gama complexa de empresas de todos os tipos e dimensões.

Há, assim, uma divisão territorial do trabalho específica a uma dada corporação. Esta divisão, por sua vez, está inserida, em maior ou menor grau, na divisão territorial do trabalho de um dado país e global; e

e) a quinta característica refere-se ao enorme poder de pressão econômica e política que possui. Traduz-se, no plano espacial, na gestão do território, entendida como o conjunto de práticas econômicas e políticas visando ao controle da organização espacial, aí incluindo-se a gênese e a dinâmica da mesma. Visam estas práticas a garantir a reprodução ampliada do capital personificado na corporação; contudo, participam elas do processo de reprodução geral da sociedade.

Na sociedade de classes, como a capitalista, diferenciada internamente por uma complexa estrutura de classes e por um poderoso, porém desigual, desenvolvimento das forças produtivas, a organização espacial é necessariamente desigual, qualquer que seja a escala considerada, internacional, nacional, regional e intra-urbana (Walker, Richard, 1978, p. 28-37). Esta desigualdade espacial constitui uma das condições de reprodução geral da sociedade. Como a gestão do terri-

tório é outro instrumento de reprodução da sociedade, acaba ela atuando no sentido de reproduzir as desigualdades espaciais. A gestão do território torna-se, na realidade, gestão das diferenças territoriais (Corrêa, Roberto L., 1983, p. 38-43).

A grande corporação, em razão das características acima apontadas, contribui decisivamente para a manutenção, o desfazer e o recriar das desigualdades espaciais.

Corporação e ciclo de reprodução do capital

A complexidade que caracteriza a corporação - escala de operações, multifuncionalidade, segmentação, múltiplas localizações e poder econômico e político - vai se traduzir em um complexo ciclo de reprodução do capital que, por sua vez, está associado a uma complexa espacialidade. Através das diversas localizações e fluxos as empresas subsidiárias e seus estabelecimentos filiais efetivam a criação e recriação ampliada do valor contido em uma gama diversificada de produtos.

O ciclo de reprodução do capital inicia-se com o processo da metamorfose do capital-dinheiro em mercadoria. Neste processo a empresa *holding* da corporação emite ordens para as diversas localizações onde se situam as subsidiárias, filiais e empresas subcontratadas. Trata-se de ordens vinculadas à tomada de decisão de produzir - o quê ?, quem ?, quanto ?, onde ?

A metamorfose acima indicada implica necessariamente a compra da força de trabalho - base da criação do valor -, o que, via de regra, pressupõe um processo migratório envolvendo áreas e centros urbanos diversos. Esta é outra dimensão espacial do ciclo de reprodução do capital que, no caso da grande corporação, implica amplo e complexo processo migratório que finaliza em diferentes áreas e centros onde ela atua.

Implica, também, a compra e manutenção dos meios de produção, ou seja, máquinas e equipamentos em geral, matérias-primas e bens intermediários provenientes tanto do campo como da cidade. Em relação à grande corporação, a produção de matérias-primas e bens intermediários diversos assim como, em vários casos, as fontes de energia podem estar sob controle direto através de subsidiárias, departamentos especializados

ou empresas subcontratadas, localizadas nas diversas áreas de produção. Deste modo, várias porções do espaço são mobilizadas, envolvendo numerosas localizações e fluxos.

O processo produtivo, realizado em diversas unidades fabris, envolve outras espacialidades. Primeiramente através dos fluxos vinculados às inovações tecnológicas provenientes dos centros de pesquisa e desenvolvimento que tendem a uma localização próxima à sede da corporação, conforme indica Malecki (Malecki, Edward J., 1979, p. 309-323). Em segundo lugar vinculada à localização da força de trabalho em seus diferentes segmentos e sua circulação cotidiana entre local de residência e local de trabalho. O processo produtivo implica, também, a espacialidade de outros agentes vinculados tanto à reprodução da força de trabalho como à reposição do equipamento em geral, suscitando o aparecimento de várias atividades terciárias que, por sua vez, implicam novas localizações e fluxos: muitas dessas atividades são controladas pela corporação, entre estas a de formação profissional da força de trabalho e a de prestação de serviços de saúde.

A realização do valor pressupõe a circulação que torna possível a metamorfose das mercadorias produzidas em capital-dinheiro, agora, porém, valorizado. Isto implica a distribuição atacadista e vendas varejistas geradoras de fluxos de mercadorias entre fábricas e depósitos e entre estes e as lojas varejistas. Implica, também, o deslocamento, por parte dos consumidores finais, às lojas varejistas localizadas segundo um padrão que basicamente reproduz a combinação da distribuição das densidades demográficas e da renda.

No caso da grande corporação, as transações atacadistas são realizadas através dos vários departamentos de vendas que, muitas vezes, controlam numerosos escritórios e depósitos: através deles as lojas varejistas são reabastecidas diretamente, suprimindo-se, assim, o intermediário atacadista ou o representante comercial - sob certas condições, entretanto, estes podem sobreviver e mesmo passarem por um processo de expansão. Outros centros urbanos, não incluídos entre aqueles onde a produção física se realiza, são acrescentados à rede de lugares da corporação, ampliando, assim, o seu espaço.

A efetiva apropriação do valor excedente pressupõe, finalmente, a circulação do capi-

tal-dinheiro valorizado em direção ao centro de gestão das atividades, onde está sediada a *holding* da corporação. Esta circulação se faz por via bancária. Explica-se, assim, em parte, a distribuição generalizada de agências de bancos comerciais pelo território e a tendência à localização conjunta, em grandes centros metropolitanos, das sedes sociais dos bancos e das empresas *holding* do setor produtivo. Junto a estas, localizam-se, quando existem, subsidiárias voltadas diretamente para o setor financeiro: o investimento de capital-dinheiro em papéis do mercado financeiro constitui uma alternativa que se insere no processo de acumulação de capital da corporação.

O ciclo de reprodução do capital no âmbito de uma corporação é muito complexo. A descrição acima é apenas uma pálida e incompleta imagem da realidade que sempre é mais rica do que as nossas teorizações. Admitimos, contudo, que possa contribuir para a compreensão de situações singulares.

CORPORAÇÃO E ESPAÇO

As grandes corporações desempenham papel fundamental na organização do espaço. Consumidoras de uma gama variada de matérias-primas, interferem no processo produtivo de áreas agropastoris e mineradoras. Consumidoras e produtoras de uma gama também variada de produtos intermediários e finais, as corporações estabelecem ligações internas entre si e com outras empresas dos setores industrial, comercial e de serviços.

Ao empregarem um número elevado de pessoas, interferem no mercado de trabalho e na esfera do consumo pessoal, gerando o aparecimento de novas atividades e novos empregos.

Dada a escala de suas atividades e o poder econômico e político que possuem, as grandes corporações têm seu processo de acumulação viabilizado pelo Estado, que tem assumido o papel de implantar parte da infraestrutura - hidroelétricas, rodovias, portos, etc. - e mesmo produzir certos bens de capital, diminuindo seus investimentos em um capital constante cuja remuneração é lenta.

O conjunto de práticas efetivadas pelas grandes corporações tem uma necessária espacialidade. Algumas já foram indicadas

anteriormente. Vejamos dois outros tipos de espacialidade que são de fundamental importância para a compreensão da organização espacial e sua dinâmica. O primeiro refere-se àquele derivado dos processos de integração internos a cada corporação; o segundo diz respeito aos impactos que a ação das corporações gera sobre a organização espacial preexistente.

A integração territorial

A complexidade da corporação, resultado tanto da criação de novas firmas e estabelecimentos como da aquisição e fusões, envolve uma gama variada de localizações e produtos. Esta complexidade implica um duplo modo de integração. De um lado, em uma integração administrativa, conforme apontam Hymer (Hymer, Stephen, 1978), baseado em Chandler e Redlich, e Kafkalas (Kafkalas, Grigoris, 1985, p. 223-253), entre outros. De outro, em uma integração vinculada à produção, tal como se referem Hakanson (Hakanson, Lars, 1979, p. 115-138) e Kafkalas (Kafkalas, Grigoris, 1985, p. 233-253). Ambas as integrações apresentam uma dimensão espacial que, entretanto, não implica necessariamente covariação. Denominaremos de integração territorial da gestão ao primeiro modo; ao segundo chamaremos de integração territorial da produção.

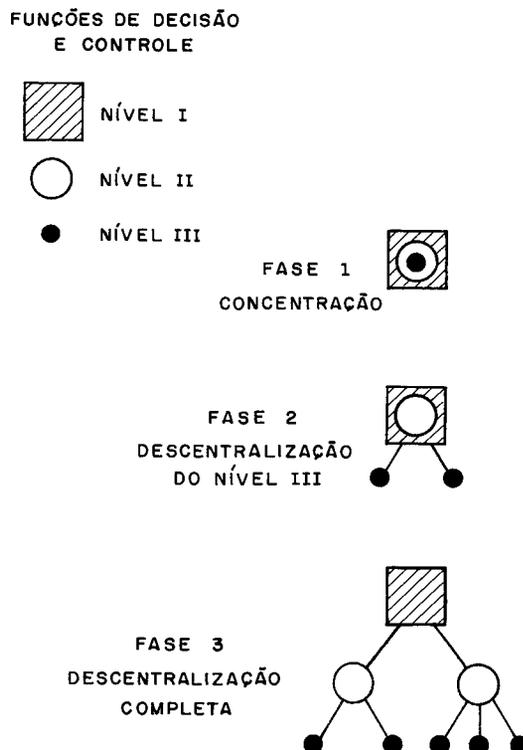
Segundo Hymer (Hymer, Stephen, 1978), as grandes corporações apresentam uma estrutura administrativa em três níveis hierárquicos. O nível III refere-se à administração das operações diárias da corporação, obedecendo a regras preestabelecidas. O nível II tem como função a coordenação dos administradores do nível III; dispõe, segundo Clark (Clark, David, 1985), de uma escala de tempo que é definida como de médio prazo. O nível I, por sua vez, corresponde ao nível superior, tendo como função a fixação de objetivos e o planejamento a longo prazo, definindo as regras em que os dois níveis inferiores devem atuar.

Estes três níveis apresentaram, ao longo da história, uma progressiva separação espacial à medida que a grande corporação ia sendo forjada (Hymer, Stephen, 1978). Na pequena empresa com um único estabelecimento, os três níveis localizavam-se no mesmo lugar. Como o processo de concentração do capital era incipiente, havia numerosos centros que eram simultaneamente cen-

tros de gestão e de produção. Na corporação que emerge do bojo do processo de concentração, o nível III é descentralizado, dispersando-se pelos diversos locais onde a produção se realizava. Finalmente, com a grande corporação multifuncional e multilocalizada, os três níveis passam a ocupar distintas localizações. Estabelece-se, assim, a estrutura hierárquica da administração. A Figura 1 procura indicar, de modo diagramático, estas três fases, ao final das quais se verifica a integração territorial da gestão.

As atividades de nível III disseminam-se por todo o mundo, localizando-se junto à produção. As atividades de nível II, que implicam essencialmente empregos de escritório e sistema de comunicações e informações, tendem à concentração em localidades centrais de alto nível hierárquico, capitais e metrópoles regionais. Dispersão em centros eminentemente produtores e concentração em pou-

FIGURA 1
DINÂMICA ESPACIAL DAS FUNÇÕES DE DECISÃO E CONTROLE
(APUD S. HYMER)



cos centros de atividades terciárias caracterizam a localização dos dois níveis acima mencionados.

As atividades de nível I, por sua vez, tendem a se concentrar em cidades ainda menores, grandes metrópoles nacionais ou internacionais. Caracterizam-se estas cidades, "lugares de atividades quaternárias" (Semple, Robert K., 1985, p. 285-296), pela maciça concentração de unidades de nível I de outras corporações e pela presença de sedes sociais de empresas de serviços funcionalmente associados às grandes corporações, bancos, seguradoras, firmas de consultoria, auditoria e advocacia especializada (Cohen, Robert B., 1981, p. 287-315), e ainda parcela considerável dos centros de pesquisa e desenvolvimento. Nestas metrópoles são viabilizados os contatos pessoais interorganizacionais, em grande parte pela interpenetrante participação dos mesmos diretores em diversas empresas e corporações (Green, Milford B., 1983, p. 338-354), bem como pela enorme acessibilidade intermetropolitana por via aérea (Pred, Allan R., 1974). Nestes centros localizam-se, adicionalmente, os segmentos mais importantes de um complexo sistema de telecomunicações. É destes centros que são tomadas decisões que afetam não apenas uma mas também outras corporações e pequenas empresas, decisões que se estendem por ampla área do globo.

As cidades em tela são aquelas denominadas de "cidades mundiais" por Shachar (Shachar, Arie, 1983, p. 75-97), entre as quais Nova Iorque, Londres e Tóquio são os melhores exemplos. Correspondem elas aos centros do tipo I de Lipietz (Lipietz, Alain, 1977), locais de concentração das sedes sociais das grandes corporações, e onde se verifica a acumulação autocentrada, onde está o controle real do complexo processo de valorização do capital e onde o processo de trabalho é decidido em termos técnicos.

A integração territorial da produção deriva das articulações materiais vinculadas, de modo geral, às operações de comercialização e beneficiamento de matérias-primas, em muitos casos de sua própria produção, transformação industrial e venda dos produtos finais. A espacialidade desta integração pode ser muito complexa, não assumindo um padrão hierárquico. Esta integração é, na realidade, uma atividade-fim, aquela que viabiliza efetivamente, ao nível da corporação, a realização do ciclo de reprodução de seu capital. Mas para que esta integração se efe-

tive torna-se necessária a integração administrativa, que tem na sede social da corporação o efetivo centro da gestão econômica e territorial.

A dupla integração territorial acaba constituindo elemento fundamental da gestão do território. De fato, a integração administrativa implica decisões e ordens que se traduzem em fluxos de capital, matérias-primas, produtos intermediários, força de trabalho e produtos finais. Fluxos que se cristalizam em uma dada organização espacial e sua dinâmica. É, assim, gestão do território.

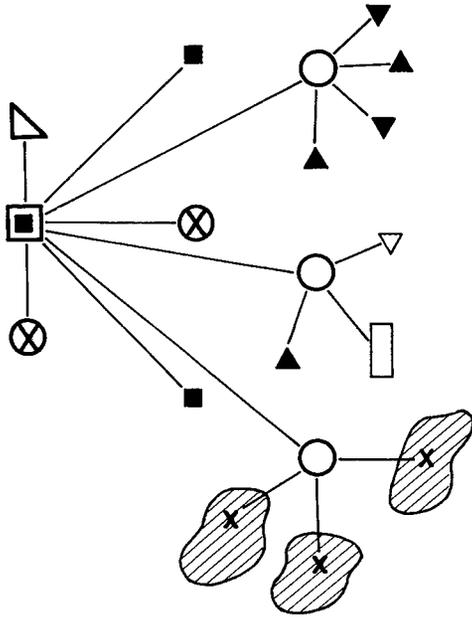
A Figura 2 indica um exemplo dos dois tipos de integração em uma corporação hipotética. Possui ela um certo grau de complexidade, apresentando diferentes unidades do denominado terciário produtivo - a sede social, um centro de pesquisa e desenvolvimento, três escritórios ligados à produção, onde se fazem, por exemplo, os contatos para compras de matérias-primas, e três escritórios de vendas dos diversos produtos finais, um deles localizando-se junto à sede social. Possui quatro unidades de beneficiamento de minerais, três de rebeneficiamento e três unidades que beneficiam produtos agrícolas, que acabam exercendo um papel de controle, de subordinação, sobre áreas de produção agrícola. No topo do processo produtivo estão duas fábricas onde se realiza a produção final.

Como cada uma das 19 unidades localiza-se em um distinto centro urbano, há uma evidente necessidade de integração territorial, em cujo bojo emerge a rede urbana da corporação. A integração, por outro lado, se faz duplamente. Há uma integração territorial da gestão que assume uma espacialidade eminentemente hierárquica onde estão presentes os três níveis administrativos a que Hymer se refere. O nível I encontra-se na sede social, de onde emanam ordens e decisões para toda a corporação. O nível II encontra-se nos três territórios regionais ligados à produção. Comandam as atividades dos centros de beneficiamento e rebeneficiamento onde estão localizados os níveis III da estrutura administrativa da corporação. Este nível acha-se também disseminado pelas fábricas, escritórios de vendas e centros de pesquisa e desenvolvimento.

A integração territorial da produção assume uma espacialidade mais complexa, não-hierárquica, com ligações entre diversas unidades, gerando um padrão espacialmente convergente de matérias-primas brutas, bene-

FIGURA 2
INTEGRAÇÃO DE UMA CORPORAÇÃO HIPOTÉTICA

A- INTEGRAÇÃO TERRITORIAL
DA GESTÃO



1- UNIDADES DO TERCIÁRIO
PRODUTIVO

- Sede Social
- △ Centro de Pesquisa
- Escritório Regional de Produção
- Escritório Regional de Vendas

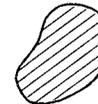
2- UNIDADES FABRIS

- X Beneficiamento de Produtos Agrícolas
- ▼ Beneficiamento de Minerais
- ▽ Beneficiamento de Minerais
- ▭ Beneficiamento de Minerais
- ▲ Rebeneficiamento
- ⊗ Produtos Finais

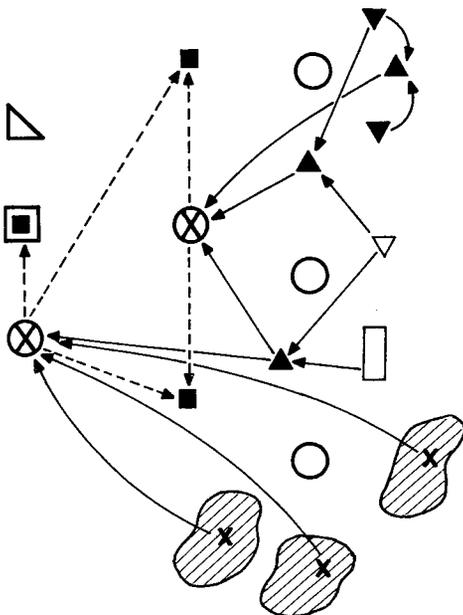
3- FLUXOS

- Administrativo
- Produtos Beneficiados
- - -> Produtos Finais

4- ÁREAS AGRÍCOLAS
SUBORDINADAS



B- INTEGRAÇÃO TERRITORIAL
DA PRODUÇÃO



ficiadas e rebeneficiadas, e divergente no que se refere aos produtos finais. A rede urbana da corporação, que assumia uma natureza hierárquica na integração territorial da gestão, passa a constituir-se agora de centros funcionalmente especializados.

Há, assim, uma rede de cidades-chaves, conforme aponta Hymer (Hymer, Stephen, 1978), associada à grande corporação. Nela existe uma hierarquia em termos de decisões e uma especialização no que tange à produção. Trata-se, na realidade, de uma rede necessária ao processo de acumulação de capital, rede que é uma das cristalizações dos diferentes fluxos que se verificam no espaço econômico. Culminando esta rede está o grande centro de gestão econômica, local de concentração das sedes sociais das grandes corporações - na maioria dos casos este centro constitui, também, capital nacional, ainda que não necessariamente como se evidencia com Nova Iorque, Hamburgo e Frankfurt, Milão, Sydney e São Paulo - que, por esta via, tornam-se os centros de gestão do território.

Os impactos sobre a organização espacial

Os impactos resultantes da ação das grandes corporações sobre a organização espacial preexistente são múltiplos, afetando as suas dimensões econômica, social, política e cultural, assim como as formas espaciais. Consideraremos apenas dois dos mais importantes impactos:

a) a manutenção, o desfazer e a recriação das diferenças espaciais constituem o principal impacto. Resultam elas da ação das corporações multifuncionais, segmentadas, multilocalizadas e dotadas de grande escala de operações e poder econômico e político, sobre uma organização espacial prévia, já desigual.

As diferenças espaciais são funcionais ao sistema capitalista, conforme aponta Lipietz (Lipietz, Alain, 1977), constituindo importante alicerce para a sua existência e reprodução. Neste sentido a tese da inevitabilidade e necessidade de um desenvolvimento capitalista desigual é muito pertinente (Browett, John, 1984, p.155-176). A tese da homogeneização do espaço pelo capital, por outro lado, é uma meia verdade, referindo-se à generalização das relações de produção capitalista e a certos aspectos culturais. Já a tese

da equidade espacial, propugnada no âmbito do planejamento, constitui uma ideologia tecnocrática.

As novas especializações produtivas, tanto rurais como urbanas, resultantes de novos padrões locais relevantes para a acumulação capitalista, vão traduzir-se na recriação das diferenças espaciais. Diferenças de custos da força de trabalho, na distribuição dos recursos naturais, da infra-estrutura e dos mercados consumidores são fatores que afetam as novas localizações geradoras, por sua vez, de novos padrões de interações espaciais. Mas as grandes corporações têm poderosas economias internas de escala e podem prescindir dos fatores locais tradicionais, implantando um estabelecimento industrial em uma ampla gama de pequenas cidades que, em um passado não muito distante, jamais atrairiam atividades industriais. Com isto as diferenças espaciais são refeitas: a singularidade dessas cidades é alterada, elas sendo inseridas de novo modo na rede urbana.

A reestruturação do campo, envolvendo transformações na estrutura fundiária, nas relações sociais da produção, nos sistemas agrícolas, na pauta dos produtos cultivados e na paisagem agrária, constitui um outro poderoso impacto que se verifica desigualmente. A recriação de novos excedentes demográficos rurais e as conseqüentes correntes migratórias de destino rural e urbano são conseqüências da reestruturação do campo. Originam elas, de um lado, novas e bem ordenadas paisagens desprovidas de homens e, de outro, de outras que foram recriadas, guardando parte das formas e do conteúdo das antigas.

O aparecimento de novas cidades e de novas periferias urbanas, onde se concentra um exército de reserva que pode trabalhar tanto na cidade como no campo, é outra das conseqüências da ação direta e indireta das corporações no espaço urbano. Ao mesmo tempo novos setores de amenidades são ocupados pela elite e alta classe média que, em parte, dirige ou trabalha, direta ou indiretamente, para as grandes corporações. Deste modo as diferenças espaciais intra-urbanas são recriadas; e

b) a perda do poder de controle e decisão das cidades da hinterlândia dos centros de gestão, através de falências e dos processos de fusão e satelização funcional das empresas locais, que não apresentam condições de competição com a grande corporação (Westaway, John, 1974, p. 145-155).

A perda em questão inclui não apenas as atividades industriais, que em muitos casos são reestruturadas, mas também as atividades financeiras e comerciais através da penetração de filiais bancárias, lojas departamentais e de eletrodomésticos, e supermercados que pertencem aos grandes bancos

e cadeias de lojas sediados nos grandes centros de gestão.

A perda do poder de controle e decisão desestrutura uma série de atividades das cidades da hinterlândia dos centros de gestão, implicando ainda a drenagem de lucros, juros e parte da renda fundiária para os grandes centros de acumulação e decisão.

BIBLIOGRAFIA

- BROWETT, John. On the Necessity and Inevitability of Uneven Spatial Development Under Capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research*. London, 8(2): 155-176, 1984.
- CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana. Tradução por Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. São Paulo: DIFEL, 1985, 286 p.
- COHEN, Robert B. The New International Division of Labor, Multinational Corporations and Urban Hierarchy. In: DEAR, M. ; SCOTT, A. J. (Organ.). *URBANIZATION AND URBAN PLANNING IN CAPITALIST SOCIETY*. London; Methen, p.287-315, 1981.
- CORRÊA, Roberto L. Algumas Reflexões Sobre a Gestão do Território. In: *II ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA*. Geografia, Poder y Planificación. Montevideo, v.III, p.38-43, 1989.
- GREEN, Milford B. The Interurban Corporate Interlocking Directorate Network of Canada and the United States. A Spatial Perspective. *Urban Geography*, Silver Springs, 4(4):338-354, 1983.
- HAKANSON, Lars. Towards a Theory of Location and Corporate Growth. In: HAMILTON, F.E.I.; LINGE, G.J.R. (Organ.). *SPATIAL ANALYSIS, INDUSTRY AND THE INDUSTRIAL ENVIRONMENT*, v.I - INDUSTRIAL SYSTEMS. Chichester: John Wiley & Sons, p.115-138, 1979.
- HYMER, Stephen. Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital. Tradução por Aloisio Teixeira. Rio de Janeiro: Graal, 1978, 118 p.
- KAFKALAS, Grigoris. Location of Production and Forms of Spatial Integration: Theoretical Considerations and Some Examples From the Non-Fuel Mineral Sector. *International Journal of Urban and Regional Research*. London: 9(2):233-253, 1985.
- LENIN, Vladimir I. Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. Tradução por Olinto Bekerman. São Paulo: Global, 1979, 127 p.
- LIPIETZ, Alain. *Le Capital et Son Space*. Paris: Maspéro, 1977, 167 p.
- MALECKI, Edward J. Locational Trends in R & D by Large U.S. Corporations, 1965-1977. *Economic Geography*. Worcester, 55(4):309-323, 1979.
- PALLOIX, Christian. *La'Internacionalización del Capital*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1978, 242 p.
- PRED, Allan R. Major Job-Providing Organizations and Systems of Cities. Association of American Geographers. Commission on College Geography, Resource Paper 27, Washington, 1974, 69 p.
- SACHAR, Arie. A Cidade Mundial e Sua Articulação ao Sistema Econômico Global. In: BECKER, B.; COSTA, R.H.; SILVEIRA, C.B. (Organ.). *ABORDAGENS POLÍTICAS DA ESPACIALIDADE*. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação, p. 75-97, 1983.
- SEMPLE, Robert K. Toward a Quaternary Place Theory. *Urban Geography*. Silver Springs, 6(4):285-296, 1985.
- TAYLOR, Michael J.; THRIFT, N. Business Organization, Segmentation and Location. *Regional Studies*. London, 17(6):445-465, 1983.
- WALKER, R. Two Sources of Uneven Development Under Advanced Capitalism: Spatial Differentiation and Capital Mobility. *The Review of Radical Political Economics*. New York: 10(3):28-37, 1978.
- WESTAWAY, John. The Spatial Hierarchy of Business Organization and Its Implications for the British Urban System. *Regional Studies*. London, 8, p. 145-155, 1974.

RESUMO

A presente contribuição focaliza o papel da grande corporação sobre a organização espacial. Caracteriza-se ela, entre outros aspectos, por ser multifuncional, multilocalizada, segmentada, apresentando ainda uma ampla escala de operações e enorme poder de pressão econômica e política. A corporação projeta no espaço uma estrutura administrativa e uma integração funcional. Impacta sobre a organização espacial prévia, de um lado recriando novas diferenças espaciais e, de outro, concentrando o poder de gestão em poucos centros urbanos.